

Vizinhos juntam-se para tornar comunidades de energia uma realidade em Telheiras

3 de Março, 2022

Criado em novembro de 2021 por oito vizinhos, o Grupo de Trabalho **“Comunidade de Energia de Telheiras”** surgiu no âmbito das dinâmicas da **Parceria Local de Telheiras**. Trata-se de uma rede informal de agentes, associações e grupos do bairro de Telheiras, em Lisboa, que opera desde 2013, sendo que, a partir de 2018, começou a dedicar-se à melhoria do desempenho ambiental através do grupo **“Telheiras Sustentável”**. Em 2020, a Parceria Local lançou o processo **“Ideias em Rede”** – uma recolha de ideias para conhecer os projetos que os **“telheirenses”** gostariam de ver realizados. Entre as várias propostas analisadas, das quais resultaram vários outros grupos de trabalho ativos no bairro, surgiu o mote **“Vamos produzir a nossa energia em Telheiras e partilhá-la entre vizinhos!”** que levou à criação do Grupo de Trabalho **“Comunidade de Energia de Telheiras”**.

Em entrevista à Ambiente Magazine, **Miguel Macias Sequeira**, investigador em energia e clima na FCT-NOVA e voluntário na Parceria Local de Telheiras, começa por explicar que a iniciativa **“Comunidade de Energia de Telheiras”** foi inspirada noutras semelhantes um pouco por toda a União Europeia, sendo que há três linhas que norteiam este Grupo de Trabalho. A primeira assenta na **“promoção da comunicação e sensibilização sobre energia sustentável, alterações climáticas e pobreza energética”** entre os residentes do bairro. A outra linha passa por **“fornecer aconselhamento e apoio sobre eficiência energética, renovação de edifícios e energia renovável à escala local”**. E, por fim, a terceira centra-se no **“desenvolvimento de um projeto piloto para a primeira comunidade de energia renovável”** em Telheiras, refere.

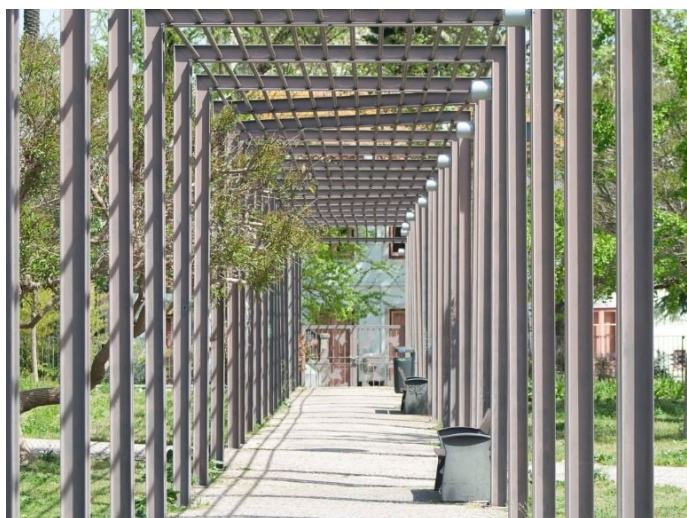


Foto: Facebook da Parceria Local de Telheiras

Relativamente às mais-valias que as **“Comunidades de Energia de Telheiras”**

podem resultar, o responsável assegura que, de forma geral, procura-se “apoiar e aconselhar os moradores, condomínios, comércio local e associações” no desenvolvimento dos seus próprios projetos na área da energia: “Este aconselhamento de proximidade, promovido por uma Parceria Local reconhecida no bairro e sem fins lucrativos, permitirá aumentar a literacia energética, informar sobre medidas e regulamentação, facilitar contactos com fornecedores, agências e empresas e auxiliar na implementação de projetos e na submissão de candidaturas aos apoios financeiros existentes”. As mais-valias expectáveis são, precisamente, a “melhoria do desempenho energético dos edifícios de Telheiras”, aumentando o “conforto térmico e reduzindo os custos energéticos”, destaca. Acresce que o projeto piloto para a criação de uma comunidade de energia renovável em Telheiras procurará “envolver ativamente” a população e agentes locais na sua dinamização: “Para além dos conhecidos benefícios ambientais, esta também pode ser uma oportunidade de fomentar o espírito de comunidade e a coesão social no bairro”. Por fim, o desenvolvimento de comunidades de energia pelos cidadãos permite “baixar os custos da energia e manter os benefícios económicos da atividade de geração de eletricidade” dentro do território, afinha.

Neste momento, o projeto encontra-se ainda numa fase muito inicial, com a criação do grupo de trabalho e definição dos seus objetivos e linhas de ação. Também, iniciou-se o contacto com outras entidades locais, regionais e nacionais que estão a trabalhar nestes tópicos, na perspetiva de aprendizagem e partilha de experiências. Com o objetivo de dar a conhecer à comunidade o trabalho do grupo, sensibilizar para estes temas e fazer um apelo à participação ativa, foi promovido um webinar, no passado dia 17 de fevereiro, cujo mote assentou em “Comunidades de energia renovável: porquê? Como? E em Telheiras”. Dinamizada pela Parceria Local de Telheiras e pela Coopérnico, a sessão procurou dar o “arranque” neste processo e demonstrou o “crescente interesse que existe por estes temas”, com uma audiência de cerca de “50 pessoas presencialmente e 60 pessoas online”, refere o investigador.

[blockquote style="2"]Disseminar as comunidades de energia em Portugal[/blockquote]

Ao nível de dinâmicas, Miguel Macias Sequeira adianta que grupo “Comunidade de Energia de Telheiras” já começou a analisar em detalhe potenciais locais para a instalação de projetos piloto de produção comunitária de energia renovável e a falar com as várias partes interessadas. Adicionalmente, este grupo espera articular as atividades com outras iniciativas já planeadas para o bairro, como por exemplo, o projeto “ReCoopera: Espaço comunitário para aprender, reparar, partilhar e doar”, que prevê a dinamização de um encontro mensal dedicado à economia circular e que incluirá também um espaço de apoio sobre energia. Também, o Centro de Recursos partilhados da Parceria Local de Telheiras, que se prevê “incluir equipamentos de medição dos consumos energéticos”, e os “festivais de bairro organizados anualmente representam oportunidades de implementar ações do grupo de trabalho”, acrescenta.



Foto: Facebook da Parceria Local de Telheiras

No entender do investigador, a criação de um grupo de trabalho, baseado em voluntários da comunidade com conhecimento ou interesse na área da energia, é importante para se começar a dinamizar a transição energética no bairro de Telheiras: “Neste tema, como em muitos outros, para haver algum tipo de transformação à escala local é fundamental haver um grupo de pessoas motivadas para ‘puxar a carroça’”. A inserção deste grupo central nas dinâmicas mais abrangentes da Parceria Local de Telheiras assegura também uma “maior legitimidade” das ações e um “maior envolvimento” da comunidade em todas as fases do projeto: “É de destacar que o processo “Ideias em Rede” da Parceria Local de Telheiras, de onde surgiu este grupo de trabalho, decorreu em grande parte durante as restrições impostas pela pandemia Covid-19, onde foi necessário transferir parte das atividades para modos online, o que demonstrou a capacidade de resiliência da comunidade face a uma situação inédita”, destaca. Também, através das reuniões iniciais ficou clara a necessidade que há em reunir dados sobre Telheiras na vertente da energia: “Ou seja, perceber quais os edifícios com necessidades de renovação mais prementes, onde situações de pobreza energética podem ser uma realidade, e fazer também um levantamento das coberturas no bairro com potencial para gerar eletricidade através de painéis fotovoltaicos”. Para cumprir o objetivo de “envolver a comunidade na transição energética”, este grupo reconhece a necessidade de se percorrer um “caminho extenso”: “desde informar, sensibilizar, capacitar, agir, até, por fim, implementar”.

Após cumpridas as três linhas de ação, aquilo que se espera é que o projeto seja um contributo para a transição para um “sistema energético mais sustentável, justo e inclusivo à escala do bairro de Telheiras”. Adicionalmente, “desejamos partilhar as experiências de Telheiras com outros bairros, de forma a potenciar a aprendizagem mútua e disseminar as comunidades de energia em Portugal”, remata.

[blockquote style="2"]Uma verdadeira estratégia holística para o território[/blockquote]

Avaliando aquela que tem sido a atuação de Portugal no que à transição energética diz respeito, Miguel Macias Sequeira acredita que o país integra

um “quadro legislativo sólido” com foco na descarbonização da economia até 2050, incluindo o Roteiro para a Neutralidade Carbónica e a recém-aprovada Lei de Bases do Clima. E, quando comparado com outros países europeus, o país tem feito “progressos consistentes” na transição energética: “Tal é fruto, em parte, das circunstâncias particulares do país, como a ausência de extração de combustíveis fósseis e a “abundância de fontes renováveis”. Ainda assim, o nível de ambição para 2030 e 2050 é muito grande, obrigando a “mudanças estruturais” na forma como se produz, se transporta e se consome energia. Em particular, através de uma “aposta fundamental e transversal na melhoria da eficiência energética e da aceleração da integração de energias renováveis a várias escalas”, precisa.

O facto de a transição energética em Portugal estar focada, maioritariamente, na produção de energia renovável em regime centralizado, o investigador reconhece a urgência de uma “maior aposta na eficiência energética” e, em particular, na “renovação profunda do edificado” que permita reduzir as suas necessidades energéticas. De forma complementar à implementação de centrais solares e eólicas, o investigador atenta na importância de se incentivar a “produção de energia renovável descentralizada”: “Para acelerar a transição energética, maximizando os benefícios sociais, ambientais e económicos e minimizando os prejuízos, é necessária uma verdadeira estratégia holística para o território”.

Relativamente às comunidades de energia, Miguel Macias Sequeira considera que, em Portugal, ainda se encontram num estado muito embrionário: “Têm perdurado várias incertezas e barreiras regulatórias e técnicas à sua materialização, sendo que apenas agora começam a surgir os primeiros projetos”. Existe também uma “falta de literacia energética tremenda” em Portugal, que se manifesta nos “atores locais” que poderiam alavancar as comunidades de energia: “Ainda está por lançar um programa de apoio financeiro às comunidades de energia que se espera vir a dinamizar este mercado”. Para o investigador, a “clarificação dos aspetos regulatórios”, bem como o “exemplo dos primeiros projetos”, serão fundamentais para a possível “disseminação das comunidades de energia” e para a “definição dos seus modelos de operação”.

O investigador não parece ter dúvidas sobre o contributo significativo das comunidades de energia para os objetivos de descarbonização do país: “Em Lisboa, o potencial técnico de geração de eletricidade através de sistemas fotovoltaicos corresponde a 95% do consumo de eletricidade no município”, exemplifica. Algo que já parece ser evidente é o facto da expansão das energias renováveis em regime centralizado, embora fundamental para a transição energética, acarreta impactos ambientais e sociais que não podem ser ignorado: “Deve-se priorizar, sempre que possível, a produção descentralizada através, por exemplo, de comunidades de energia, que permitem reduzir as perdas nas redes, aproveitar infraestruturas já construídas em áreas artificializadas e, consequentemente, diminuir a necessidade de conversão de áreas naturais e agrícolas em centrais elétricas”. Desta forma, “os impactos ambientais são minimizados e os impactos sociais podem ser positivos na ótica de democratização do sistema energético e empoderamento das comunidades”, refere, sustentando que, “quando implementadas de forma

inclusiva, tentando incluir todos os membros de uma comunidade e todas as comunidades, podem também contribuir para o “combate à pobreza energética, oferecendo eletricidade a preços mais baixos e mantendo os benefícios económicos dentro do território”.